



PF apreende joias e dinheiro no cumprimento de mandados de prisão, busca e apreensão da Operação Eficiência, uma ramificação da Lava Jato. Nome da operação é uma referência à conta de Cabral no exterior



Francisco Neto - Kiko foragido



Carlos Miranda já estava preso



Sérgio Cabral já estava preso



Wilson Carlos já estava preso



Álvaro J. Gallez Novis preso ontem



Thiago Aragão preso ontem



Sérgio de Castro Oliveira preso ontem



Flávio Godinho preso ontem

A boa relação entre o empresário Eike Batista e o ex-governador Sérgio Cabral, acusado de comandar a organização criminosa investigada pela Justiça, não é nova. Eike foi a principal pessoa física a doar para a campanha de Cabral à reeleição, em 2010, quando forneceu R\$ 750 mil ao peemedebista. Por outro lado, empresas do Grupo EBX, de Eike, receberam cerca de R\$ 80 milhões em benefícios fiscais de 2007 a 2011, período que abarca quase toda a gestão de Cabral.

A OGX, de petróleo, e a LLX Minas-Rio, de obras portuárias, receberam, respectivamente, R\$ 69 milhões e R\$ 6 milhões de benefícios de 2007 a 2011. Quando os dados foram divulgados, na época, o Grupo EBX defendeu-se dizendo que os benefícios eram "idênticos aos disponíveis para qualquer empresa que se disponha a correr os riscos de empreender projetos semelhantes".

Em 2011, os benefícios foram criticados por parlamentares de oposição na Alerj, que cobram até hoje uma investigação mais profunda das isenções fiscais — especialmente depois que o estado entrou na profunda crise financeira em que se encontra. "Em função desse quadro caótico das finanças, é urgente ir fundo nessas questões que envolvem benefícios fiscais, dados sem controle, sem contrapartida, sem monitoramento e sem avaliação. Até mesmo para que se possa saber se valeu a pena ou não", aponta o deputado Eliomar Coelho (Psol).

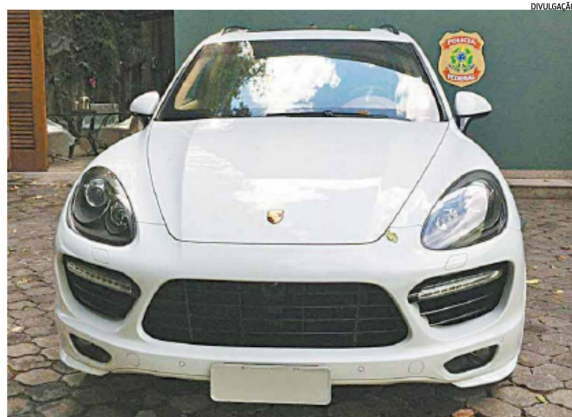
No começo deste mês, o jornal 'Folha de S. Paulo' mostrou que a Operação Calicute, responsável pela prisão de Cabral e de outros envolvidos na suposta organização criminosa, registrou que o ex-governador e a ex-primeira-dama AdrianaANCELMO voaram 13 vezes em jatos particulares do empresário.

O empresário já havia sido citado na Operação Calicute por um repasse de R\$ 1 milhão feito pela EBX para o escritório da ex-primeira dama AdrianaANCELMO, que participava, segundo os procuradores, do esquema de lavagem de dinheiro da organização criminosa. Ela está presa preventivamente.

Os procuradores acusam Eike de ter mentido em depoimento ao dizer que o pagamento fora recomendado pela Caixa Econô-

UMA PARCERIA ANTIGA

Eike recebeu R\$ 80 milhões em isenções fiscais entre 2007 e 2011. O empresário doou R\$750 mil para a campanha à reeleição de Sérgio Cabral



A PF apreendeu ontem na casa de Eike um Porsche Cayenne (foto), além de um Lamborghini Aventador

mica Federal quando feito um Fundo de Investimentos e Participações com sua empresa REX. O escritório ficaria responsável, segundo a versão do empresário, por serviços que não cabiam ao banco. A versão foi refutada pela Caixa, que disse jamais ter indicado o escritório de AdrianaANCELMO.

DA LISTA DA FORBES À DE PROCURADOS
Em 2012, Eike Batista era o homem mais rico do Brasil e apareceu na lista da revista Forbes, referência de "celebridades financeiras": na oitava posição entre os maiores bilionários do mundo. Com carreira iniciada na mineração, o empresário acumulou fortuna com o lançamento de ações da empresa de exploração de petróleo OGX — que entrou em recuperação judicial a partir de 2013. A crise de suas empresas fez Eike despencar nas listas de homens mais ricos. Ano passado, ele chegou a supostamente se converter em uma igreja da Assembleia de Deus em Rocha Miranda. Outra imagem inusitada mostrou Eike comprando sorvete de casquinha em lanchonete de fast food.

Propina pagou, em 2017, curso em Nova York

> O dinheiro do esquema de propina do grupo do ex-governador era usado para pagar, até uma semana atrás, despesa com curso de cinema na New York Film Academy para o filho mais velho do ex-assessor de Cabral e "homem da mala", Carlos Miranda, preso desde novembro. É o que está no pedido de prisão de Eike Batista pelo MPF, que, no entanto, não detalha como Lucas, o filho de Miranda, pediu aos operadores para efetuar o pagamento. Documentos entregues pelos operadores do mercado financeiro, os irmãos Renato e Marcelo Chebar, revelam que Lucas e a namorada Jasmine Bon tiveram pagamentos de US\$ 23 mil à faculdade com dinheiro da conta Andrews Development, nas Bahamas, uma das nove usadas para a propina, segundo o MPF.

PEZÃO NA MIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ele é alvo de ação civil pública por improbidade administrativa

O Conselho Superior do Ministério Público do Estado decidiu ontem, por seis votos a três, tornar o governador Luiz Fernando Pezão alvo de ação civil pública por improbidade administrativa. O pedido foi feito pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremej) em junho de 2015. Pezão é acusado de não aplicar R\$ 1,4 bilhão na Saúde. O procurador decano Ri-

cardo Ribeiro Martins, novo relator do processo, decidirá se encaminha ou não a denúncia à Justiça. Se Pezão for considerado réu, a movimentação por seu impeachment ganharia força na Alerj, já que violar a "proibição na administração" pode ser considerado crime de responsabilidade. A assessoria do governador informou que as exigências de repasses para a Saúde foram "integralmente cumpridas" e que as contas do Estado referentes a 2015 foram aprovadas pelo TCE.

Representantes do Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe) pro-



Pezão réu fortaleceria pedido de impeachment

tocolaram na Alerj, dia 13, o pedido de impeachment de Pezão e do vice-governador, Francisco Dornelles. Eles denunciaram os dois por crime de responsabilidade: "As isenções a 5 mil estabelecimentos de 2007 a 2010 atingiram a R\$ 50,1 bilhões, quase a metade da receita tributária estadual de R\$ 97,7 bilhões ou o equivalente às despesas com os 420 mil servidores ativos e inativos do Estado no mesmo período", diz documento. O pedido foi assinado por 11 sindicalistas do Muspe. Entre eles, o presidente da Associação dos Bombeiros Militares do Rio, Mesac Eflain; um diretor do SindJustiça, Ramon Carrera e João Rodrigues, do Degase. O Muspe ressalta que há empresas inscritas na Df-vida Ativa e que débitos não são cobrados.